ABR

Energia em Alta

2025

Os principais temas e tendências do segmento, resumidos em uma página.

LEILÕES REGULADOS

A ANEEL abriu a Consulta Pública nº 18/2025 para discutir o edital do único leilão de transmissão que será realizado em 2025 (com data prevista para 31/10/2025). A proposta prevê a licitação de 11 lotes (alguns ainda pendente de conclusão de processos de caducidade) com investimento estimado de R$ 7,6 bilhões. O período de contribuições irá até 19/05/2025.

No setor de geração, o Leilão de Reserva de Capacidade na Forma de Potência de 2025 foi cancelado devido a uma série de disputas judiciais sobre o tema. A expectativa é que haverá uma nova rodada de discussões antes de reabrir o leilão. Por fim, o MME divulgou as diretrizes para os Leilões de Energia Existente A-1, A-2 e A-3 que serão realizados no dia 14/11/2025.

REFORMA DO SETOR ELÉTRICO

O MME enviou à Casa Civil a tão aguardada proposta de reforma do setor elétrico, focando em três eixos: (i) incentivos tarifários (para priorizar o acesso de consumidores de baixa renda); (ii) abertura de mercado; e (iii) redução de subsídios. A percepção do mercado foi, no geral, positiva, porém preocupam pontos que preveem eliminar o desconto da fonte incentivada para o segmento de consumo para novos contratos (o que pode gerar uma nova "corrida do ouro) e a proposta de enrijecimento das regras para o modelo de autoprodução equiparada.

SEGURANÇA DE BARRAGEM

A Diretoria da ANEEL instaurou a Consulta Pública nº 19/2025 para atualizar a regulamentação que trata dos critérios e ações de segurança de barragens de usinas hidrelétricas fiscalizadas pela Agência. O objetivo é adequar a regulação à Resolução nº 241/2024 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabeleceu novos critérios e métodos gerais de classificação de barragens por dano potencial associado, por volume e por categoria de risco. O período de contribuições vai até 09/06/2025.

CURTAILMENT E MEDIDAS DO GOVERNO

Circulam no setor notícias sobre uma possível "repactuação" do *curtailment* a ser proposta pelo MME, porém, nenhuma medida concreta ainda foi apresentada nesse sentido. De outro lado, a Diretora da ANEEL Agnes da Costa, em entrevista ao Canal Energia, relatou que espera que o assunto não seja resolvido dessa forma e que a meta da Agência é deliberar sobre isso o mais breve possível com base no melhor entendimento técnico.

Em paralelo a essas discussões, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico determinou que o ONS apresente estudo para aumentar o escoamento de energia e aproveitar melhor a geração renovável na região nordeste.